

Santa Maria escolhida para aterragens do Space Rider e consolida hub espacial europeu nos Açores

Portugal e a Agência Espacial Europeia (ESA) escolheram a ilha de Santa Maria, nos Açores, como local de aterragem do voo inaugural do Space Rider, consolidando o desenvolvimento do futuro Centro Tecnológico Espacial de Santa Maria (Santa Maria Space Hub) e local de aterragem do Space Rider, com a contribuição e o compromisso do Governo Regional dos Açores.

No quadro da subscrição nacional dos programas da ESA, no valor de 204,8 milhões de euros, Portugal assegurará o desenvolvimento do futuro Centro Tecnológico Espacial de Santa Maria (Santa Maria Space Hub) e local de aterragem do Space Rider, com a contribuição e o compromisso do Governo Regional dos Açores.

A escolha de Santa Maria como local para a aterragem do novo veículo reforça o papel estratégico dos Açores no contexto europeu e insere-se numa visão mais ampla de criação de um polo espacial multifacetado na ilha, que inclui também as iniciativas de acesso e retorno do espaço a instalar em Santa Maria.

Açores com papel central

O Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, salienta que “tendo por base o investimento realizado nos últimos 25 anos e as capacidades científicas, tecnológicas e empresariais desenvolvidas, Portugal decidiu reforçar a sua aposta na área do Espaço no próximo ciclo da Agência Espacial Europeia”.

“A Região Autónoma dos Açores terá um papel central no desenvolvimento da nova estratégia para o Espaço e na afirma-



ção de Portugal como uma nação Atlântica através do Espaço, nomeadamente através da criação de um Hub Espacial na ilha de Santa Maria, alinhado com os objectivos de reforço da autonomia da Europa nas operações de lançamento e de retorno, e também através do desenvolvimento de capacidades de observação da terra e dos oceanos”, acrescenta.

O Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, sublinha: “Vivemos um tempo de oportunidades, em que os Açores, pela sua história e pela sua geografia, se afirmam ainda mais relevantes para Portugal e para a Europa. Estamos preparados para o mundo e para o futuro, valorizando o potencial do espaço, do mar, da ciência e das novas tecnologias”.

Acrescenta ainda que “o dia de hoje é motivo de grande satisfação para o País e de especial orgulho para os Açores. Este passo grandioso engrandece-nos enquanto Região e reforça o nosso papel estratégico

no desenvolvimento do sector espacial europeu”.

Indústria espacial nacional

O investimento nacional, realizado via ESA, garante os meios necessários para avançar com a fase de preparação das infraestruturas, reforçando a participação de Portugal em programas estruturantes europeus e a competitividade da indústria nacional ligada às tecnologias espaciais.

Portugal vai aumentar em 51% a sua contribuição financeira para ESA, durante o período 2026-2030, para um total de 204,8 milhões de euros, o que evidencia o compromisso do país com o setor do Espaço.

A subscrição nacional envolve as áreas governativas da Ciência e Inovação, da Economia, das Infraestruturas e, pela primeira vez, da Defesa e do Ambiente, bem como a Região Autónoma dos Açores, que contri-

bui com 3 milhões de euros.

No quadro da subscrição portuguesa dos programas da ESA, o contributo do Governo Regional dos Açores será aplicado integralmente no ecossistema espacial de Santa Maria. Em concreto, este montante será dedicado ao desenvolvimento do futuro Centro Tecnológico Espacial de Santa Maria (Santa Maria Space Hub), que acolherá o regresso do voo inaugural do Space Rider.

Com este acordo e com o compromisso financeiro agora assumido, Portugal dá um novo passo na consolidação de Santa Maria como hub espacial europeu e na criação de novas oportunidades científicas, tecnológicas e económicas para o país e para a Região Autónoma dos Açores, afirmando-se como ator estratégico no sector a nível europeu.

O acordo foi assinado em Bremen, na Alemanha, pelo Ministro da Educação, Ciência e Inovação de Portugal, Fernando Alexandre, pelo Director-Geral da ESA, Josef Aschbacher, e pelo Presidente da Agência Espacial Portuguesa, Ricardo Conde, momento testemunhado pelo Ministro das Empresas de Itália, Adolfo Urso, país que lidera a missão Space Rider.

Os 23 Estados-membros da ESA, da qual Portugal faz parte há 25 anos, estiveram reunidos desde quarta-feira em Bremen, na Alemanha, para apresentar as suas propostas de contribuição financeira e definir as prioridades para o ciclo 2026-2030.

Portugal tornou-se formalmente membro da Agência Espacial Europeia em 14 de novembro de 2000.

Parlamento açoriano aprova Plano de Investimentos do Governo para 2026

O parlamento regional aprovou, ontem, o Plano de Investimentos do Governo para 2026, em votação final global com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, a abstenção das bancadas parlamentares do Partido Socialista (PS) e do Chega, e votos

contra da Iniciativa Liberal (IL), Bloco de Esquerda (BE) e PAN.

O resultado da votação final global foi igual à votação na generalidade.

No debate da especialidade foram votadas 65 propostas de alteração, das quais o

Chega foi o único partido que viu aprovado todas as suas 16 propostas de alteração.

Por sua vez, o PAN viu aprovadas nove alterações, o PS três e o BE uma. O PAN foi o partido que mais propostas apresentou, 22 das quais foram chumbadas.

Após aprovação, o Orçamento de Estado para 2026, iria ser debatido na especialidade, procedendo-se depois à votação final do documento. Porém, até ao fecho da presente edição ainda não havia sido finalizada a votação.

SEDES Açores alerta para necessidade de um modelo robusto e sustentável de mobilidade aérea

A Associação para o Desenvolvimento Económico e Social Açores (SEDES), considera que a mobilidade aérea da Região Autónoma dos Açores atravessa um momento de elevada vulnerabilidade, resultado da combinação de três fatores: a saída anunciada da Ryanair, a indefinição quanto ao futuro da Azores Airlines e a incerteza criada pela privatização da TAP, cuja estratégia futura dependerá dos interesses dos novos acionistas.

Segundo o Presidente da SEDES Açores, Vítor Fraga, citado em comunicado, “a mobilidade aérea é um dos pilares estruturantes da Autonomia e o principal garante da coesão territorial. Não pode depender de incertezas sucessivas ou de variá-

veis externas que a Região não controla.”

Mais acrescenta que a apresentação da proposta do Atlantic Connect Group para aquisição de 85% da Azores Airlines representa um desenvolvimento relevante, mas o processo encontra-se longe da sua conclusão. O futuro da companhia depende da avaliação técnica do júri, das condições associadas à reestruturação aprovada pela Comissão Europeia e da capacidade de execução de um plano sustentável a médio prazo.

A SEDES Açores recorda que a privatização da Azores Airlines resulta das obrigações europeias e que a operação da TAP, após privatização, poderá ser reconfigurada em função dos interesses dos novos

acionistas.

Este contexto, sublinha a organização, introduz uma incerteza que deve ser encarada com realismo e responsabilidade.

A SEDES reforça também um princípio fundamental: os custos da mobilidade territorial entre os Açores e o continente competem à República, no quadro constitucional da continuidade territorial e da igualdade material entre cidadãos portugueses.

Realça a SEDES que à Região cabe colaborar na definição do modelo, definir prioridades, negociar mecanismos de serviço público e coordenar políticas setoriais, mas não assumir encargos permanentes que derivam de um direito constitucional

dos açorianos.

Segundo Vítor Fraga, “o contributo da Região deve centrar-se no planeamento, regulação e coordenação do sistema, assegurando que o modelo responde às necessidades dos açorianos. A responsabilidade do financiamento territorial cabe ao Estado.”

A SEDES Açores defende que é urgente avançar para um modelo estável, previsível e tecnicamente fundamentado de acessibilidade aérea; clarificação do papel e futuro da Azores Airlines; definição da presença da TAP na Região após privatização; avaliação técnica independente sobre cenários operacionais e impactos económicos e uma abordagem despolitizada, centrada no interesse de médio prazo dos açorianos.